



TEXTOS PARA DISCUSSÃO

No. 2020/01

Caracterização da Aquisição de Alimentos.

Parte 1: Estatísticas Gerais, por Brasil, regiões, estados e estratos intraestaduais, 2018.

José Henrique Santos Rodrigues¹, Regina Ávila Santos² e Wagner Nóbrega³

Apresentação.

O presente artigo é o primeiro de uma série, com a qual se quer caracterizar a aquisição domiciliar de alimentos no Brasil como um todo, em suas grandes regiões políticas, unidades da federação e divisões geográficas da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), do IBGE, cujos dados são usados para a caracterização. Nessas divisões, também são caracterizadas as aquisições de alimentos entre domicílios pobres e não pobres.

Tal caracterização tem por finalidade não só mostrar o quadro diverso com que a aquisição de alimentos acontece por entre os diferentes recortes geográficos e suas localizações, mas apresentar traços que corroborem e permitam tratar o conceito de multa da pobreza, ou a penalidade monetária sofrida pelos mais pobres atribuíveis às mudanças dos preços relativos e absolutos dos alimentos de seu consumo⁴, o que será feito em artigo a ser publicado em revista especializada.

A série é composta por seis artigos.

Nos três primeiros artigos, o perfil da aquisição de alimentos é traçado apenas para o ano de 2018, ano de referência da POF mais recente do conjunto de pesquisas que a compõe, cujos dados foram divulgados no último dia 05 de maio.

¹ Economista pela Universidade Federal de Sergipe. Vencedor do Prêmio Nacional de Monografia do Conselho Federal de Economia. E-mail: henriquesr@hotmail.com

² Mestre em Economia Aplicada pela Universidade Federal do Rio Grande. Professora colaboradora do Instituto Federal de Sergipe. E-mail: avs.regina@gmail.com

³ Doutor em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Federal do Paraná. Autor do Anuário Socioeconômico de Sergipe. Professor de Economia da Universidade Federal de Sergipe. E-mail: profwn@hotmail.com

⁴ Sobre o conceito e aplicação da multa da pobreza, ver, por exemplo, Wagner Nóbrega, Tácito Augusto Farias, Luiz Eduardo Nascimento Figueiredo, José Henrique Santos Rodrigues. "Identificação da multa da pobreza nos estratos rural, urbano e capital do estado de Sergipe". Revista de Economia Mackenzie, v. 11, n. 3, São Paulo, SP, jul. 2016, p. 47-71, ISSN 1808-2785 (on-line)

Os três últimos artigos da série comparam as características da aquisição de alimentos no ano de 2018 com as dos anos de 2008 e 2003, anos de referência das duas POF anteriores, únicas comparáveis com a mais recente, com a finalidade de descrever o que mudou na aquisição alimentar, nos diversos segmentos geográficos considerados.

Neste primeiro artigo, o perfil da aquisição alimentar é traçado para as divisões geográficas mencionadas acima, em termos de renda (domiciliar e per capita), despesas com alimentação (domiciliar e per capita), quantidade adquirida, preço e parcela da despesa com alimentação na renda, em cada lugar.

O segundo artigo mostrará como se distribuem as despesas com alimentação por entre os grupos e itens de alimento, nas áreas geográficas consideradas no primeiro artigo.

O terceiro artigo mostrará como as características de aquisição alimentar apresentadas no primeiro e segundo artigos, são diferentes, quando tratamos separadamente os domicílios pobres e não pobres.

O quarto artigo comparará o perfil da aquisição alimentar feita no primeiro artigo com a dos anos de 2003 e 2009.

O quinto comparará os resultados do segundo artigo com os de 2003 e 2009.

O sexto, finalmente, tratará das mudanças dos resultados do terceiro artigo, com relação aos resultados de 2003 e 2009.

O presente artigo está dividido em quatro partes, além desta apresentação.

A primeira parte descreve o perfil da aquisição de alimentos no Brasil, em termos de médias de renda, despesas, quantidade adquirida, preço e relação entre despesa e renda, para o conjunto do país e também separadamente para os totais de todas as capitais, regiões metropolitanas sem capitais, área urbana sem região metropolitana e rural. Na segunda e terceira partes, a descrição feita na primeira parte é aplicada às grandes regiões políticas e unidades da federação, em cada parte respectivamente. A quarta parte, à guisa de considerações finais, traz os destaques de semelhanças e diferenças, encontrados da comparação entre os parâmetros usados para descrever a aquisição alimentar nos conjuntos tratados antes separadamente em cada parte do artigo (Brasil, regiões e unidades da federação).

Os aspectos metodológicos sobre a fonte de dados, bem como sobre a extração, tratamento e apresentação dos mesmos, estão em nota separada, disponível em cafecomdados.com ([clique aqui para acessar a nota](#)).

1. Perfil de renda, despesa, quantidade e preço na aquisição de alimentos e bebidas para o Brasil, no ano de 2018.

A tabela 01 apresenta as estatísticas selecionadas para o conjunto dos domicílios de todo o país e seus estratos POF.

A média da renda domiciliar estimada para os mais de 59 milhões de domicílios brasileiros em 2018⁵ foi de R\$ 2.373,14.

TABELA 01: Brasil: aquisição de alimentos e bebidas. Estatísticas selecionadas.

BRASIL	Renda domiciliar	Renda per capita	Quantidade domiciliar	Quantidade per capita	Despesa domiciliar	Despesa per capita	preço	Despesa/renda (D/Y)
Média	2373,14	1514,06	68,2	39,3	198,15	115,37	2,91	8,3%
Mediana	1279,75	729,63	32,6	17,6	89,69	48,03	2,75	7,0%
Desvio Médio	1470,70	1030,36	60,3	34,4	158,38	91,72	2,63	10,8%

Fonte: POF/IBGE

Se listarmos em ordem sucessiva todas as rendas dos mesmos domicílios e escolhermos aquela que está na metade da lista, chamada de renda mediana, a renda representativa dos domicílios brasileiros passaria a ser R\$ 1.279,75.

Essa grande diferença entre a renda média e a renda mediana reflete a má distribuição de renda entre os domicílios brasileiros.

Para se ter uma ideia do quanto pode variar a renda entre os domicílios, podemos comparar as rendas média e mediana com o desvio médio, que é a diferença média entre a renda de cada domicílio e a média das rendas de todos os domicílios. O desvio médio foi de R\$ 1.470,70. Se usarmos, portanto, a renda mediana para representar a renda dos domicílios brasileiros, teremos como referência um valor cuja variação é superior ao que representa a renda, neste caso, a mediana das rendas. Se usarmos a renda média, a variação possível entre as rendas pode ser próxima, mas inferior à renda média. De qualquer forma, a diferença entre as rendas é sempre alta.

A possibilidade de desigualdade distributiva se repete para as demais variáveis, conforme se observa do comparativo entre os desvios médios, a média e a mediana dessas outras variáveis.

A má distribuição tratada também pode ser vista nos gráficos abaixo, que ordenam os valores das variáveis, para todos os domicílios da amostra pesquisada na POF, de forma crescente, da esquerda para a direita. Valores esses já ponderadas pela representatividade de cada domicílio para fins de expansão da amostra. Note-se que poucos domicílios respondem pelos valores mais altos de cada variável, enquanto os demais, dispostos mais à esquerda no eixo horizontal, apresentam valores tão baixos, que quase não aparecem representados na altura de cada linha azul, com relação ao eixo vertical.

⁵ Todos os valores em moeda dos artigos desta série estão em preços constantes de 2003, de modo a serem comparáveis com aquele ano em artigo mais adiante, conforme nota metodológica citada na apresentação.

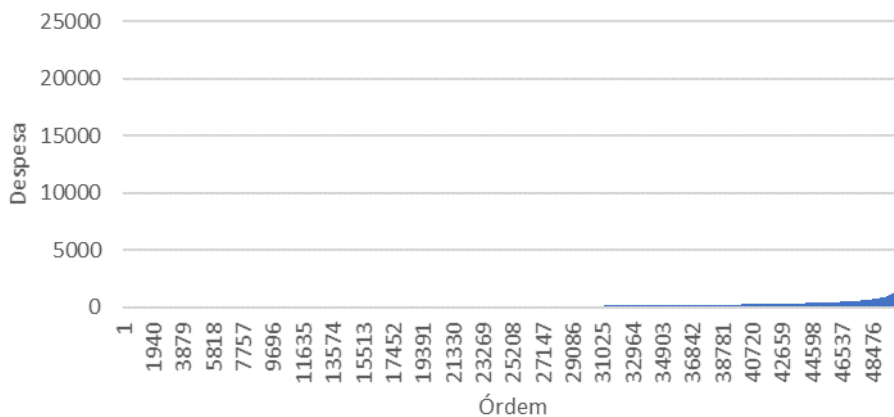
Brasil: renda domiciliar. Todos os domicílios da amostra.



Brasil: quantidade adquirida de alimentos. Todos os domicílios da amostra.

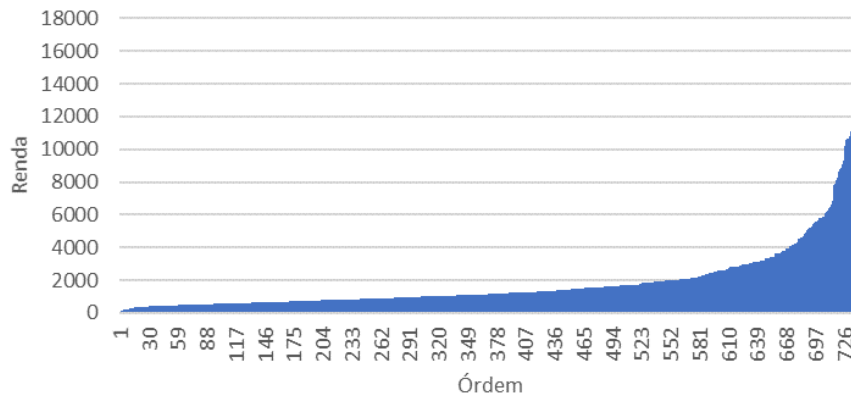


Brasil: despesa domiciliar. Todos os domicílios da amostra.

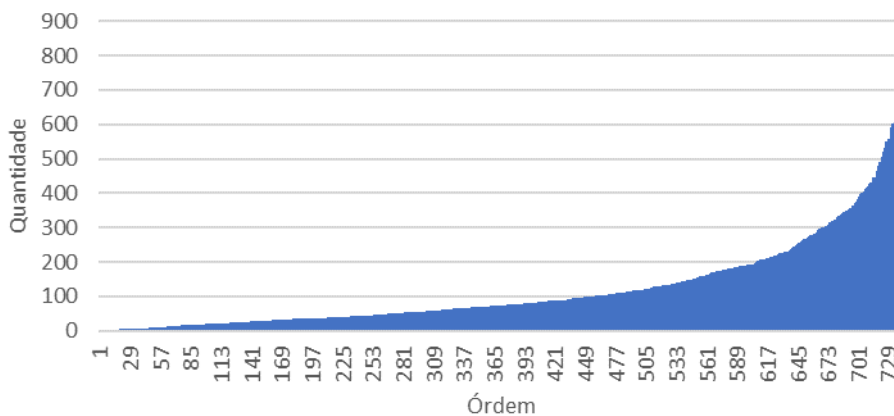


Essa má distribuição se repete para todos os estratos geográficos. A título de exemplo nesse sentido, são apresentados os gráficos de distribuição do estado de menor desvio médio das variáveis.

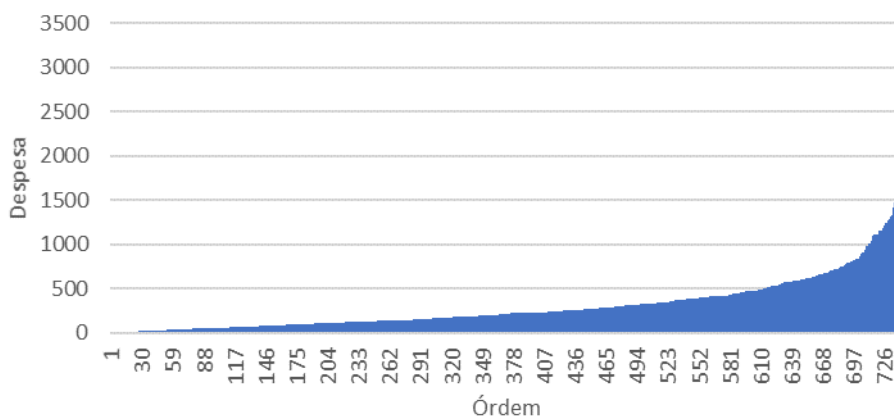
Amapá: renda domiciliar. Todos os domicílios da amostra.



Amapá: quantidade adquirida de alimentos. Todos os domicílios da amostra.



Amapá: despesa domiciliar com alimentos. Todos os domicílios da amostra.



Diante dessa má distribuição e considerando-se que a mediana geralmente é menor do que o desvio médio, daqui em diante consideraremos apenas a média como estatística representativa das variáveis, mesmo nos outros agrupamentos geográficos, retratados nos tópicos seguintes⁶.

Conforme pode ser visto na tabela 02, nos domicílios brasileiros, gasta-se em média 8,3% da renda com alimentação, ou R\$ 198,15, a preços de 2003, para se adquirir 68,2 Kg de alimentos por domicílio, inclusive bebidas, alimentos semiprontos, comida fora de casa, temperos, condimentos, etc.

Para as capitais, onde estão 24,4% dos domicílios brasileiros, todas as estatísticas calculadas foram maiores do que as calculadas para os demais estratos, exceto a parcela de renda gasta com alimentação. Isso sugere dizer, por exemplo, que mesmo com os preços mais altos dentre os estratos, a parcela da renda comprometida com aquisição alimentar é a segunda maior (8,6%) dentre os estratos.

A maior parcela da renda comprometida com alimentação nas capitais pode refletir, por exemplo, que a média da quantidade adquirida de alimentos nas capitais seja 65% maior do que a média adquirida no restante das regiões metropolitanas, mesmo sendo a renda média na capital 48% maior do que a do restante da região metropolitana.

Os domicílios rurais são os de maior percentual da renda destinado à aquisição de alimentos, em média, entre os estratos (10,7%) e de segunda maior quantidade adquirida, em média (65,2 kg). Tal maior comprometimento da renda com alimentação está associado ao fato de a renda média dos domicílios rurais ser a menor, ao mesmo tempo que o preço médio por unidade de alimento é o menor (R\$ 2,49).

TABELA 02: Brasil: aquisição de alimentos e bebidas, por estrato geográfico POF. Estatísticas selecionadas.

Estrato	Renda domiciliar	Renda per capita	Quantidade domiciliar	Quantidade per capita	Despesa domiciliar	Despesa per capita	preço	Despesa/renda (D/Y)
Capital	2910,54	1830,21	85,1	48,4	249,19	144,20	2,93	8,6%
Resto da RM	1961,12	1231,00	51,5	29,3	144,18	82,58	2,80	7,4%
Rural	1513,01	936,37	65,2	34,9	162,55	87,35	2,49	10,7%
Urb sem RM	1873,31	1193,65	58,1	32,7	153,15	86,65	2,64	8,2%

Fonte: POF/IBGE

De menor percentual estimado de despesas com alimentação na renda e menor quantidade alimentar adquirida, os domicílios situados na região metropolitana, exceto a capital, à semelhança do que acontece nos domicílios urbanos fora da região metropolitana, parecem refletir a influência dos preços dos alimentos na aquisição desses, que caem menos relativamente às capitais do que a renda. Também não se deve desprezar a possibilidade de preços maiores em itens não alimentares nos demais municípios das regiões metropolitanas, depois de excluídas as capitais.

⁶ As tabelas completas com mediana e desvio médio, para todos os estratos estão disponíveis na nota metodológica anunciada e com link na apresentação.

2. Perfil de renda, despesa, quantidade e preço na aquisição de alimentos e bebidas para as grandes regiões políticas, no ano de 2018.

Na tabela 03, é possível observar as estatísticas selecionadas para o conjunto dos domicílios de todas as regiões geográficas do país. Nela, notamos que as regiões Norte e Nordeste são as que apresentaram um percentual de destinação da renda para aquisição alimentar mais elevado, estimados em 12,4% e 10,4% respectivamente, representando um gasto médio domiciliar de R\$ 197,08 e R\$ 161,36, também respectivamente, com preço médio por item alimentar equivalente a R\$ 2,39 e R\$ 2,83.

TABELA 03: Regiões: aquisição de alimentos e bebidas. Estatísticas selecionadas.

REGIÃO	Renda domiciliar	Renda per capita	Quantidade domiciliar	Quantidade per capita	Despesas domiciliar	Despesas per capita	Preço	D/Y
Centro-Oeste	3049,22	2013,14	62,1	35,6	192,15	111,05	3,09	6,3%
Nordeste	1546,41	955,39	67,6	37,3	161,36	89,84	2,39	10,4%
Norte	1587,13	943,59	69,5	35,1	197,08	98,87	2,83	12,4%
Sudeste	2818,07	1814,30	72,5	43,7	230,99	139,87	3,19	8,2%
Sul	2649,18	1699,19	59,8	34,7	176,84	103,20	2,96	6,7%

Fonte: POF/IBGE.

Essas também estão entre as de maiores quantidades médias adquiridas de alimentos por domicílio. Com elas se destaca a região Sudeste (72,5 Kg para a região Sudeste; 69,5 Kg para a região Norte e 67,6 Kg para a região Nordeste).

Ainda conforme a Tabela 03, observa-se que a região Centro-Oeste apresenta a menor relação gasto/renda domiciliar em comparação com as demais, cerca de 6,3%, seguida das regiões Sul e Sudeste, com 6,7% e 8,2%. Com despesa domiciliar média de R\$ 192,15; R\$ 176,84 e R\$ 230,99 para essas regiões, respectivamente, apesar do preço médio dos alimentos nestas regiões, respectivamente R\$ 3,09; R\$ 2,96 e R\$ 3,19, serem os maiores dentre as regiões, aqueles menores percentuais de gastos com alimentação na renda se deve, talvez, à maior renda domiciliar nessas regiões.

As regiões Norte e Nordeste apresentam renda domiciliar abaixo da média nacional que é de 2.373,14 reais. No Nordeste, a diferença de renda chega a ser cerca de 35% inferior à da média nacional, enquanto na região Norte essa diferença é de 33%, respectivamente R\$ 1.546,41 e R\$ 1.587,13. Contrastando com tal realidade, encontram-se as demais regiões onde a renda domiciliar chega a ser 28% superior à média nacional na região Centro-Oeste, 19% no Sudeste e no Sul 12%, ou, respectivamente R\$ 3.049,22, R\$ 2.818,07 e R\$ 2.649,18.

A distribuição da renda domiciliar nos diferentes estratos POF (capital, região metropolitana, exceto capital, ou resto da região metropolitana, rural e urbano sem região metropolitana), revela que as capitais das regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste, apresentam as maiores rendas médias domiciliares, enquanto que as do Nordeste e o Norte as menores, respectivamente R\$ 4.432,39, R\$ 4.135,40, R\$ 3.999,96, R\$ 2.425,58 e R\$ 2.128,95.

TABELA 04: Regiões Norte e Nordeste: aquisição de alimentos e bebidas, por estratos POF. Estatísticas selecionadas.

REGIÃO	Estratos	Renda domiciliar	Renda per capita	Quantidade domiciliar	Quantidade per capita	Despesas domiciliar	Despesas per capita	Preço	D/Y
Norte	Capital	2128,95	1200,15	67,91	33,80	203,05	100,63	2,99	9,5%
Norte	Resto da RM	1917,72	1081,00	75,43	35,49	229,00	106,12	3,04	11,9%
Norte	Rural Urb sem RM	1104,96	652,62	74,34	34,47	199,22	92,43	2,68	18,0%
Norte	RM	1392,35	888,17	67,46	36,48	187,39	100,17	2,78	13,5%
Nordeste	Capital	2425,58	1487,34	92,29	51,41	231,41	131,73	2,51	9,5%
Nordeste	Resto da RM	1746,00	1161,40	61,21	36,05	145,69	84,79	2,38	8,3%
Nordeste	Rural Urb sem RM	879,38	524,67	58,37	30,20	139,81	72,91	2,40	15,9%
Nordeste	RM	1410,11	867,40	61,14	34,07	139,75	78,22	2,29	9,9%

Fonte: POF/IBGE.

Quanto aos dados relativos à relação gastos domésticos/renda domiciliar, a análise para as regiões segue a descrição apresentada na seção 01, para o Brasil, onde o estrato capital apresenta as maiores médias, seguido pelo estrato rural, urbano sem região metropolitana e resto da região metropolitana.

Observa-se que dentre as capitais das regiões analisadas, as capitais da região Sudeste apresentam uma média relativamente mais alta em comparação com as demais, quanto à parcela dos gastos na renda destinada à aquisição alimentar, o equivalente a 10,7%, apesar do preço médio do item alimentar ser estimado em R\$ 3,43 nas capitais dessa região, segundo maior preço relativo dentre as regiões, tendo a região Sul o maior preço para os itens destinados à alimentação, R\$ 3,44.

Quanto a média da despesa domiciliar com alimentos, nota-se que a região Sudeste seguida da região Sul, nas capitais, apresentou as maiores médias, R\$ 427,19 e R\$ 265,24, tendo a região Norte apresentado a menor média R\$ 203,05, como pode ser observado nas tabelas 04 e 05.

Quanto às regiões metropolitanas, excluídas delas as capitais, a renda doméstica do Sul, Sudeste e Centro-Oeste, ultrapassaram a média nacional, com respectivamente R\$ 2.520,44, R\$ 2.396,82 e R\$ 2.220,91. A região Norte, por sua vez, foi a que mais se aproximou da média nacional que é de R\$ 1.961,12 com R\$ 1.917,72 enquanto o Nordeste foi a menor (R\$ 1.746,00). A média da despesa do domicílio neste estrato, variou entre 229 no Norte e 132,85 no Centro-Oeste.

Na análise dos gastos médios com a aquisição de alimentos pelos domicílios na renda média da região metropolitana, sem a capital, o Norte apresentou a relação mais alta de gastos, com 11,9%, seguida do Nordeste com 8,3% e do Sudeste com 6,8%. O preço

médio dos itens alimentares apresentou maior valor no Sudeste e menor valor no Nordeste, o equivalente respectivamente a R\$ 3,25 e R\$ 2,38.

TABELA 05: Regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul: aquisição de alimentos e bebidas, por estratos POF. Estatísticas selecionadas.

REGIÃO	Estratos	Renda domiciliar	Renda per capita	Quantidade domiciliar	Quantidade per capita	Despesas domiciliar	Despesas per capita	Preço	D/Y
CO	Capital	4432,39	2917,79	76,62	43,40	257,25	146,94	3,36	5,8%
CO	Resto da RM	2220,91	1337,59	46,29	27,44	132,85	79,10	2,87	6,0%
CO	Rural Urb sem RM	2029,75	1294,38	65,35	37,13	160,39	90,63	2,45	7,9%
CO	RM	2262,44	1533,27	52,31	30,24	155,45	91,29	2,97	6,9%
Se	Capital	3999,96	2611,27	124,58	79,62	427,19	272,13	3,43	10,7%
Se	Resto da RM	2396,82	1483,82	49,94	28,06	162,20	92,76	3,25	6,8%
Se	Rural Urb sem RM	1773,42	1107,49	60,36	33,29	158,98	88,57	2,63	9,0%
Sudes	RM	2503,78	1623,18	55,95	32,59	165,03	96,10	2,95	6,6%
Sul	Capital	4135,40	2743,28	77,15	47,06	265,24	161,06	3,44	6,4%
Sul	Resto da RM	2520,44	1601,00	43,59	24,47	139,69	79,58	3,20	5,5%
Sul	Rural Urb sem RM	2144,95	1313,62	72,77	41,27	173,80	100,58	2,39	8,1%
Sul	RM	2420,93	1547,83	56,97	32,94	165,44	95,69	2,90	6,8%

Fonte: POF/IBGE.

Na zona urbana sem região metropolitana, a região Sudeste é a que apresentou a maior renda domiciliar, com R\$ 2.503,78, seguida das regiões Sul com R\$ 2.230,53 e Centro-Oeste com R\$ 2.420,93. A região Norte apresentou a menor renda domiciliar média para este estrato, R\$ 1.392,35, seguida do Nordeste com R\$ 1.410,11.

Os gastos com alimentação relativamente à renda neste estrato apresentaram-se maiores para a região Norte com 9,9% da renda sendo destinada a alimentação, seguida da região Nordeste com 9,9%, sendo o preço médio do alimento, considerado mais barato, na região Nordeste e mais caro na região Centro-Oeste, respectivamente R\$ 2,29 e R\$ 2,97, como pode ser observado nas tabelas 04 e 05. A média da quantidade de alimentos adquirida neste estrato, variou entre 187,39 no Norte e 139,75 no Nordeste.

Na zona rural, as regiões Sul e Centro-Oeste apresentaram as melhores renda domiciliares, o equivalente a R\$ 2.420,93 e R\$ 2.029,75, respectivamente. Seguiram-nas as regiões Sudeste, Norte e Nordeste que apresentaram rendas domiciliares médias equivalentes a R\$ 1.773,42, R\$ 1.104,96 e R\$ 879,38. Como pode-se observar, a renda domiciliar rural do Nordeste é cerca de 33,23% inferior a renda nacional e mais de 100% inferior a região Sul que apresenta renda domiciliar 63% superior a renda domiciliar rural nacional. Nesse ínterim, percebe-se que a destinação dos gastos para alimentação nas regiões Norte e Nordeste apresentam os maiores percentuais na renda (18,0% e 15,9%, respectivamente). Tendo as regiões Centro-Oeste e Sul os menores comprometimentos da renda com a alimentação, 7,9% e 8,1%.

Em termos de preços, ao observarmos os diferentes estratos da POF, nota-se que os preços médios aplicados ao estrato Rural, apresentou os menores preços médio, seguido da zona urbana sem região metropolitana, região metropolitana e capitais. Quanto aos preços para aquisição alimentar na zona rural, a região Sul possui os preços médios mais baixos, seguido das regiões Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Norte, respectivamente R\$ 2,40; R\$ 2,45; R\$ 2,63 e R\$ 2,68, como pode ser observado nas tabelas 04 e 05. A média da despesa com alimentos neste estrato, variou entre 199,22 no Norte e 139,81 no Nordeste. A média da quantidade de alimentos adquirida neste estrato, variou entre 74,34 Kg no Norte e 58,37 Kg no Nordeste.

Ao observarmos as diferenças de renda considerando os estratos Capital e Rural, nota-se que a maior diferença de renda está na região Nordeste, onde os domicílios situados em áreas rurais possuem renda domiciliar média cerca de 64% inferior aos domicílios situados na capital. As regiões Sudeste e Centro-Oeste apresentaram diferença de renda superior a 50% e as demais regiões aproximadamente 48% quando comparado os rendimentos domiciliares da capital em relação a zona rural.

3. Perfil de renda, despesa, quantidade e preço na aquisição de alimentos e bebidas para as unidades de federação, no ano de 2018.

Ao se analisar a parcela dos resultados referente aos estados e Distrito Federal, e seguindo a divisão por estratos da POF, mesmo apresentando uma quantidade ampla de informações, pode-se apontar alguns dados importantes, indicando quais estados e estratos se destacam entre as variáveis e as relações entre eles.

Dentre os estratos das capitais, destaca-se a capital de Pernambuco (Recife) no quesito percentual de despesa com alimentação (13,6%), seguida das capitais do Maranhão (São Luiz) e Goiás (Goiânia), com 12,8% e 12,5% respectivamente.

Para aqueles dois representantes da região Nordeste, a renda domiciliar média estimada de R\$ 2.628,06 para Recife é a quarta maior na região, e R\$ para São Luiz (1.609,33) é a menor renda domiciliar da região Nordeste e do país, entre as capitais. Assim, em São Luiz, pode haver uma grande parcela da renda destinada à alimentação, mesmo sendo baixa sua renda estimada.

O menor percentual da renda destinada a aquisição de alimentos na capital de Goiás (Goiânia), está associado a uma renda domiciliar embora superior (R\$ 2.951,64) a um preço médio maior (R\$ 3,03, frente a R\$ 2,21 em Recife e R\$ 2,37 em São Luiz).

Ainda com relação à parcela de gastos com alimentação na renda, as demais capitais apresentam percentuais que variam entre 6,2 e 11,9%.

As capitais do Rio Grande do Sul (Porto Alegre) e de Sergipe (Aracaju) e Distrito Federal se destacam entre as de menores percentuais de gastos com alimentação na renda, com 5,9%, 5,2% e 3,5%, respectivamente, o que se deve, talvez, mais às suas rendas.

As rendas mensais médias dessas capitais se destacam em suas regiões. Distrito Federal tem a maior renda domiciliar média do país (R\$ 5.912,53). Porto Alegre apresenta a

segunda maior renda média na região sul, com R\$ 4.306,88 e Aracaju, a segunda maior no Nordeste, com R\$ 2.913,71.

TABELA 06: Estados de maiores e menores percentuais de despesas com alimentação e bebidas na renda.

Região	UF	Renda domiciliar	Renda per capita	Quant. domiciliar	Quant. per capita	Despesas domic.	Despesas per capita	Preço	D/Y (%)
Ne	Pe	2628,06	1601,85	161,89	89,08	358,57	214,55	2,21	13,6
Ne	Ma	1609,33	902,89	87,24	43,39	206,61	104,42	2,37	12,8
Co	Go	2951,64	1890,54	122,06	69,97	369,32	216,69	3,03	12,5
S	RS	4306,88	3063,74	70,41	42,14	256,14	159,47	3,64	5,9
Ne	Se	2913,71	1694,85	63,11	33,03	152,16	81,09	2,41	5,2
CO	DF	5912,53	4101,34	53,18	31,06	206,00	118,97	3,87	3,5

Fonte POF/IBGE

No quesito preço médio, a capital de Aracaju se destaca desse grupo por apresentar o menor entre elas, R\$ 2,41, frente a R\$ 3,64 de Porto Alegre e R\$ 3,87 de Brasília, maior preço médio de alimentação dentre as capitais.

Observando-se os dados das regiões metropolitanas dos estados, exceto as capitais, identificado como “Resto da RM”, percebe-se que os percentuais de renda destinada a despesas com alimentação variam similarmente às capitais, entre 5,1 a 11,8%, com a exceção do Resto da RM do estado do Amapá, com 17,5%. Para este estado, o restante da região metropolitana, excluída a capital, apresenta a 5ª menor renda média domiciliar (R\$ 1.433,78) e o 6º menor preço médio por item de alimentos (R\$ 2,74), mas adquirindo a maior quantidade média domiciliar, com 91,6 unidades de alimento, frente a uma média de 54,9 unidades entre os restos da RM dos estados.

TABELA 07: Aquisição de alimentos e bebidas, por estrato POF da região metropolitana, capital exclusive.

Região	UF	Renda domic.	Renda per capita	Quant. domic.	Quant. per capita	Despesas domic.	Despesas per capita	Preço	D/Y (%)
Norte	Amapá	1433,78	748,28	91,61	40,07	251,13	110,08	2,74	17,5%
Sul	Santa Catarina	2751,20	1736,98	49,01	31,32	141,48	84,80	2,89	5,1%
Sul	Rio Grande do Sul	2443,13	1600,27	42,25	24,40	123,56	72,84	2,92	5,1%

Fonte: POF/IBGE

Na outra ponta dos resultados para os “Restos da RM” se encontram duas representantes da região sul, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, ambas com 5,1% de suas rendas médias domiciliares destinadas a alimentação, e quantidades médias adquiridas próximas a média, com 49,01 e 42,25 respectivamente, e preços de R\$ 2,89 e R\$ 2,92 por unidade de alimento.

No estrato “Urbano sem RM”, com dados referentes aos setores urbanos dos estados fora a região metropolitana, a análise informa uma variação maior da relação despesas com alimentação e renda, de 6,2% a 20,5%.

A Região Norte apresenta os maiores percentuais, com Amazonas e Amapá dispendendo 20,5% e 18,9% de suas rendas médias domiciliares com alimentação. Suas rendas médias por domicílio são, respectivamente, R\$ 1.191,47 e R\$ 1.321,93. Abaixo portanto, da média do conjunto das regiões Urbanas sem RM (R\$ 1.752,52).

TABELA 08: Aquisição de alimentos e bebidas, por estrato POF urbano, região metropolitana exclusive.

Região	UF	Renda domic.	Renda per capita	Quant. domic.	Quant. per capita	Despesas domic.	Despesas per capita	Preço	D/Y (%)
Norte	Am	1191,47	659,70	94,76	45,16	244,74	118,20	2,58	20,5
Norte	Ap	1321,93	749,11	100,49	50,49	250,50	122,05	2,49	18,9
Sul	RS	2493,97	1621,79	52,61	31,05	155,48	89,34	2,96	6,2

Fonte: POF/IBGE

Rio Grande do Sul aparece novamente, agora no estrato Urbano sem RM, apresentando o menor percentual de despesas com alimentação sobre a renda domiciliar (6,2%). A renda média domiciliar e preços médios unitários desse estrato são maiores do que os anteriores, no mesmo estado, mas com quantidades por domicílio menores.

TABELA 09: Aquisição de alimentos e bebidas, por estrato POF rural.

Região	UF	Renda domic.	Renda per capita	Quant. domiciliar	Quant. per capita	Despesas domic.	Despesas per capita	Preço	D/Y (%)
N	Ap	1160,58	521,68	132,05	51,61	392,67	167,49	2,97	33,8
N	Ac	1230,89	657,93	116,27	46,29	293,30	120,46	2,52	23,8
N	Am	879,70	456,51	78,29	32,39	206,79	87,17	2,64	23,5
CO	MS	2049,78	1465,78	59,51	36,94	144,83	85,79	2,43	7,1
N	To	1317,70	768,22	39,49	22,10	92,15	54,54	2,33	7,0

Fonte: POF/IBGE

Finalmente, os dados para o estrato Rural das unidades de federação do país mostram que os percentuais tendem a ser maiores que nos demais estratos, tanto na mínima quanto na máxima, variando de 7,0% a 33,8%, entre Tocantins e Amapá, respectivamente.

O Amapá aparece novamente no topo, com uma quantidade média de alimentos adquiridos no estrato rural maior que nos outros estratos rurais dos estados (132,0 unidades frente a uma média de 66,4).

O Acre, com 23,8% e o Amazonas, com 23,5%, são, respectivamente, o segundo e o terceiro de maiores percentuais de gasto com alimento na renda. Tais estados apresentaram preços de aquisição menores que do Amapá (2,52 e 2,64 frente a 2,97), mas o estrato rural do Amazonas apresentou a menor renda domiciliar média dentre eles (R\$ 879,70).

Com 7,1 e 7,0% das rendas gastas com alimentação, os estratos rurais do Mato Grosso do Sul e do Tocantins representam os de menores percentuais. Isso pode ser devido a que, mesmo apresentando preços médios por unidade adquirida similares (R\$ 2,43 e R\$ 2,33, nessa ordem), o estrato rural do Tocantins foi o que adquiriu a menor quantidade de

alimentos no período, 39,5 unidades, frente a uma média de 66,4 unidades de todos os estratos rurais dos estados.

4. À guisa de conclusão.

A renda, despesa, quantidade adquirida, preço e comprometimento da renda com alimentação envolvidas na aquisição de alimentos variam muito entre os domicílios de uma região, ou lugar. Assim, para termos parâmetros com os quais possamos caracterizar a aquisição de alimentos em cada, precisamos assumir que qualquer que seja o indicador usado, ele será uma representação falha. Precisamos, de qualquer forma, escolher um indicador para representar a aquisição de alimentos, se queremos discutir os problemas relacionados a ela.

Não podemos achar que as variáveis escolhidas para caracterizar a aquisição de alimentos expliquem ou determinem sozinhas tais aquisições. Fatores culturais, de mercado e outros devem influenciar a aquisição de alimentos e diferenciá-la entre os lugares. Adotarmos algumas variáveis com as quais persigamos outras não escolhidas antes para melhores explicações, contudo, é um método possível.

Pretendemos, numa série de sete artigos iniciada com este, discutir o conceito de multa da pobreza, que, grosso modo, pode ser entendida como a penalidade monetária sofrida pelo pobre (no nosso caso, o domicílio pobre), quando sua aquisição alimentar tem custo superior ao de domicílios não pobres, relativa, ou absolutamente.

Escolhida a média dos valores estimados com uso dos microdados da POF 2017/2018, publicada no último dia 05 de maio, como indicador das variáveis envolvidas na aquisição de alimentos e com as quais caracterizamos tal aquisição, vimos nesse artigo que a aquisição de alimentos está associado, no total dos domicílios do país, a uma renda média, consideradas todas as fontes, de R\$ 2.373,14, comprometida, em média em 8,3% com alimentação – ou R\$ 198,15 – para se adquirir 68,2 Kg de alimentos por domicílio, inclusive bebidas, alimentos semiprontos, comida fora de casa, temperos, condimentos, etc. Há de se considerar que os valores monetários apresentados neste artigo estão todos a preços constantes de 2003, porque compararemos, em artigos futuros da mesma série, os resultados deste artigo com os obtidos nos anos de 2009 e 2003.

Todas as estatísticas caracterizadoras da aquisição alimentar são mais altas nas capitais, onde estão 24,4% dos domicílios brasileiros, do que nos demais estratos, exceto a parcela de renda gasta com alimentação. Assim, mesmo com os preços mais altos dentre os estratos, a parcela da renda comprometida com aquisição alimentar nas capitais é a segunda maior (8,6%) dentre os estratos.

É o comprometimento da renda maior nas capitais, e não a renda maior, que parece um traço específico da aquisição de alimentos na capital, visto que a média da quantidade adquirida de alimentos nas capitais é 65% maior do que a média adquirida no restante das regiões metropolitanas, por exemplo, mesmo sendo a renda média na capital 48% maior do que a do restante da região metropolitana.

Caracteriza e parece diferenciar a aquisição de alimentos nos domicílios rurais o maior percentual da renda destinado à aquisição de alimentos, em média, entre os estratos

(10,7%) e a segunda maior quantidade adquirida, em média (65,2 kg). Neste caso, diferentemente do que o estimado para as capitais, o alto (maior) comprometimento da renda com alimentação está associado ao fato de a renda média dos domicílios rurais ser a menor, ao mesmo tempo que o preço médio por unidade de alimento é o menor (R\$ 2,49), sendo esse, possivelmente o que mais determina aquele maior percentual.

Os domicílios das regiões metropolitanas, dela excluídas as capitais apresentaram, em média, o menor percentual estimado de despesas com alimentação na renda e menor quantidade alimentar adquirida. Nesse caso, os preços dos alimentos parecem decisivos na aquisição desses, visto que são um pouco menores relativamente aos das capitais, embora a inferioridade da renda seja maior. Embora a influência dos preços dos outros grupos de despesas deva influenciar a aquisição alimentar, não se deve desprezar a possibilidade de preços maiores em itens não alimentares nessa nesse estrato (regiões metropolitanas, excluídas as capitais) do que nas demais.

Quando deixamos de observar o conjunto do país e olhamos para cada uma de suas grandes regiões, percebemos que as parcelas da renda comprometida com aquisição alimentar mais elevadas ocorrem nas regiões Norte e Nordeste (12,4% e 10,4% respectivamente), com um gasto médio domiciliar de R\$ 197,08 e R\$ 161,36, com preço médio por item alimentar de R\$ 2,39 e R\$ 2,83, bem como 69,5 Kg e 67,6 Kg de alimentos adquiridos, todos também respectivamente. A maior quantidade adquirida, menores apenas do que a adquirida na região Sudeste, em média, juntamente com o fato de serem as duas únicas regiões com renda média inferior à do conjunto do país, parece explicar a liderança daquelas duas regiões em termos de percentual de renda gasta com alimentos.

Se desagregarmos ainda mais e segmentarmos agora as grandes regiões por estratos POF (capital, região metropolitana sem capital, urbano sem região metropolitana e rural), repete-se o padrão combinado desses estratos quando vistos para a totalidade dos domicílios brasileiros e as diferenças observadas entre as regiões.

Os valores maiores estimados das demais variáveis, para todos os domicílios brasileiros das capitais, é algo que se repete no interior de cada grande região. A renda média relativamente menor nas regiões Norte e Nordeste se repete para todos os estratos considerados (capital, região metropolitana sem capital, área urbana fora da região metropolitana e rural)

Na comparação entre as regiões, as capitais da região Sudeste apresentam médias mais altas, em comparação às capitais das demais regiões, quanto aos gastos destinados à aquisição alimentar, o equivalente a 10,7%, apesar do preço médio do item alimentar ser estimado em R\$ 3,43 nas capitais dessa região, segundo maior preço relativo dentre as regiões. A maior parcela de gastos com alimentação na renda nas capitais das regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste, está associada às maiores rendas médias domiciliares nas capitais dessas regiões, enquanto as do Nordeste e o Norte são as menores, respectivamente R\$ 4.432,39, R\$ 4.135,40, R\$ 3.999,96, R\$ 2.425,58 e R\$ 2.128,95.

Quanto a média da despesa domiciliar com alimentos, a região Sudeste seguida da região Sul, nas capitais, apresentou as maiores médias, R\$ 427,19 e R\$ 265,24, tendo a região Norte apresentado a menor média R\$ 203,05.

No caso da região metropolitana, excluída dela a capital, o Norte apresentou a relação mais alta de gastos com alimentação/renda (11,9%), seguida do Nordeste com 8,3% e do Sudeste com 6,8%. O preço médio dos itens alimentares representou forte componente no caso do Nordeste para esse estrato, onde apresentou seu menor valor (R\$ 2,38).

Para a área urbana fora da região metropolitana, os gastos com alimentação relativamente à renda apresentaram-se maiores para a região Norte (9,9%), seguida da região Nordeste (9,9%), sendo o preço médio do alimento estimado mais barato na região Nordeste (R\$ 2,29), o que pode explicar, novamente o alto percentual da renda destinada à aquisição de alimentos na região Nordeste.

Quando, finalmente, tratamos da aquisição de alimentos nas unidades federativas, percebemos que dentre as capitais, Recife apresentou o maior percentual de despesa com alimentação (13,6%), seguida de São Luiz e Goiânia, com 12,8% e 12,5% respectivamente.

Se as rendas mais baixas para Recife (quarta maior renda na região Nordeste) e Maranhão (mais baixa dentre todas as capitais) podem ter sido determinantes dos maiores percentuais de gastos com alimentos na renda dessas capitais, para Goiânia os maiores preços médios dos itens (R\$ 3,03, frente a R\$ 2,21 em Recife e R\$ 2,37 em São Luiz), pode ter influenciado mais aquele comprometimento também alto.

As rendas mensais médias das capitais mais ricas parecem ter sido decisivas nos menores percentuais de gastos com alimentos nas suas rendas. O Distrito Federal tem a maior renda domiciliar média do país (R\$ 5.912,53). Porto Alegre apresenta a segunda maior renda média na região sul, com R\$ 4.306,88 e Aracaju, a segunda maior no Nordeste, com R\$ 2.913,71. Porto Alegre, Aracaju e o Distrito Federal se destacam entre as de menores percentuais de gastos com alimentação na renda, com 5,9%, 5,2% e 3,5%, respectivamente.

O preço médio, por sua vez, teve papel aparentemente ambíguo na aquisição alimentar, visto que, a capital de Aracaju se destaca desse grupo por apresentar o menor entre elas, R\$ 2,41, frente a R\$ 3,64 de Porto Alegre e R\$ 3,87 de Brasília, maior preço médio de alimentação dentre as capitais. Como vimos, essas capitais estão, de forma equivalente entre as de menores percentuais de gasto com alimentação na renda.

Já para o estrato região metropolitana sem a capital, o preço parece ser determinante na aquisição de alimentos, a exemplo do estimado para o Amapá, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Enquanto no Amapá se obtém uma quantidade média de alimentos que é praticamente o dobro do que se adquire em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul (respectivamente 91,6, 49,0 e 42,2 quilogramas), as rendas médias nesse estrato dessas duas última unidades da federação são praticamente o dobro da renda média do mesmo estrato no Amapá (respectivamente R\$ 2.751,20, R\$ 2.443,13 e R\$ 1.433,78), mas o preço médio naqueles dois primeiros estados é maior do que no Amapá (respectivamente R\$ 2,89, R\$ 2,92 e R\$ 2,74).

O estrato urbano fora da região metropolitana foi o segundo estrato a mais variar o comprometimento da renda com alimentos dentre os estados (entre 6,2% e 20,5%). Nos estados de menores renda, como Amazonas e Amapá, suas rendas médias mais baixas do que a média desse estrato para o país (R\$ 1.191,47 e R\$ 1.321,93, contra R\$ 1.752,52,

respectivamente), são acompanhadas de maiores percentuais de gastos com alimento na renda (20,5% para o Amazonas e 18,9% para o Amapá). Por outro lado, o Rio Grande do Sul apresentou o menor percentual de despesas com alimentação sobre a renda domiciliar (6,2%), mas com renda média bem mais alta. Os preços novamente parecem influenciar a aquisição de alimentos, pois enquanto a quantidade adquirida no Rio Grande Sul é praticamente a metade da adquirida no Amapá e no Amazonas (respectivamente 52,6, 94,8 e 100,5 quilogramas), o preço médio por item de alimento é maior no primeiro daqueles estados (respectivamente R\$ 2,96, R\$ 2,49 e R\$ 2,58).

O estrato rural foi onde o comprometimento da renda com alimentos mais variou entre os estados (entre 7%, no Tocantins e 33%, no Amapá). A quantidade média de alimentos adquirida no estrato rural no Amapá é também maior do que nos demais estados (132 quilogramas contra 66,4 quilogramas na média desse estrato de todos os estados).

A aquisição alimentar nesse estrato não parece sofrer influência forte nem da renda, nem dos preços dos alimentos, visto que os estados do Tocantins e do Mato Grosso do Sul, que apresentaram as menores parcelas de gastos com alimento na renda, adquiriram quantidades médias muito inferiores a estados com relação aos quais suas rendas médias são bem superiores e os preços médios dos itens de alimentos são inferiores, tais como Amapá, Acre e Amazonas, como foi visto na tabela 09.